O DESAFIO DO FINANCIAMENTO À SAÚDE



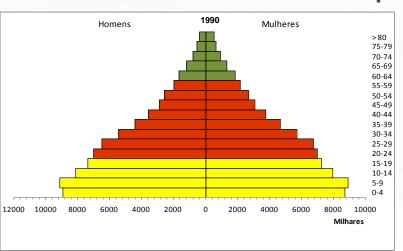
DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

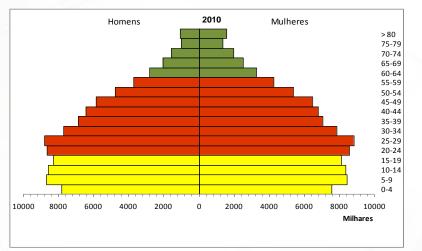
Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

A POPULAÇÃO BRASILEIRA ESTÁ ENVELHECENDO

Pirâmide etária da população 1990 / 2010 / 2030 / 2060

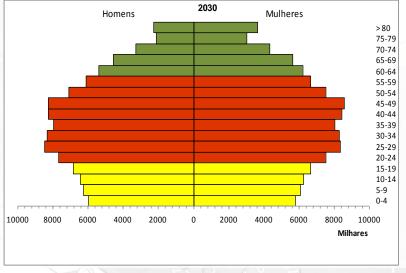
Pessoas com 60 anos ou mais representavam 6,3% da população em 1990

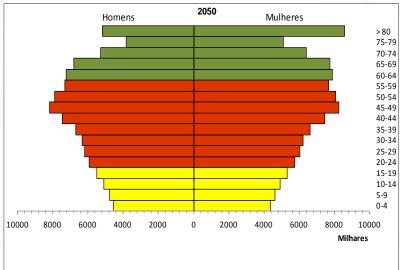




Passaram a 10,0% da população em 2010

Em 2030, estimase que elas representarão 18,6% da população



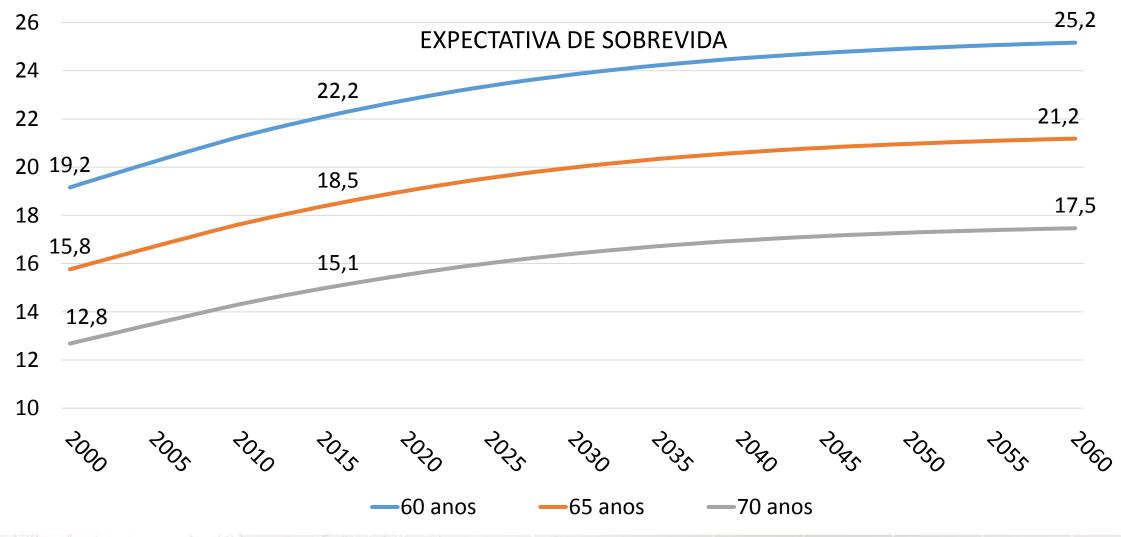


Alcançando 29,4%
em 2050,
totalizando 66,5
milhões de idosos
ante 9,2 milhões
de 1990 (7 vezes
mais) e 19,6
milhões de 2010
(3 vezes mais)

Fonte: IBGE.

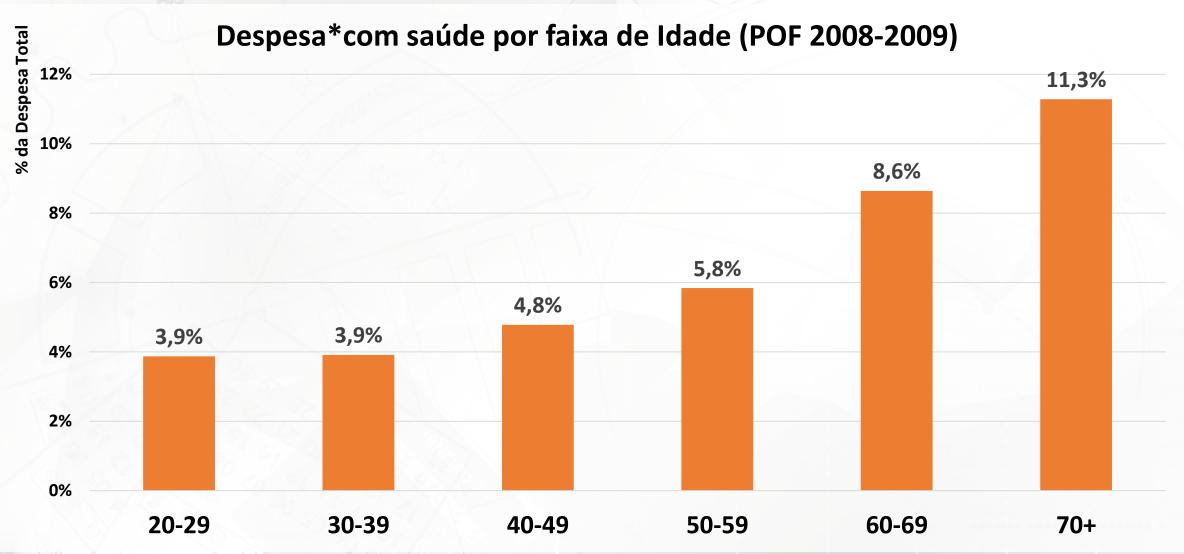


E A EXPECATIVA DE SOBREVIDA ESTÁ CRESCENDO, AUMENTANDO A DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE



Fonte: IBGE.

AS PESSOAS GASTAM MAIS COM SAÚDE À MEDIDA EM QUE ENVELHECEM

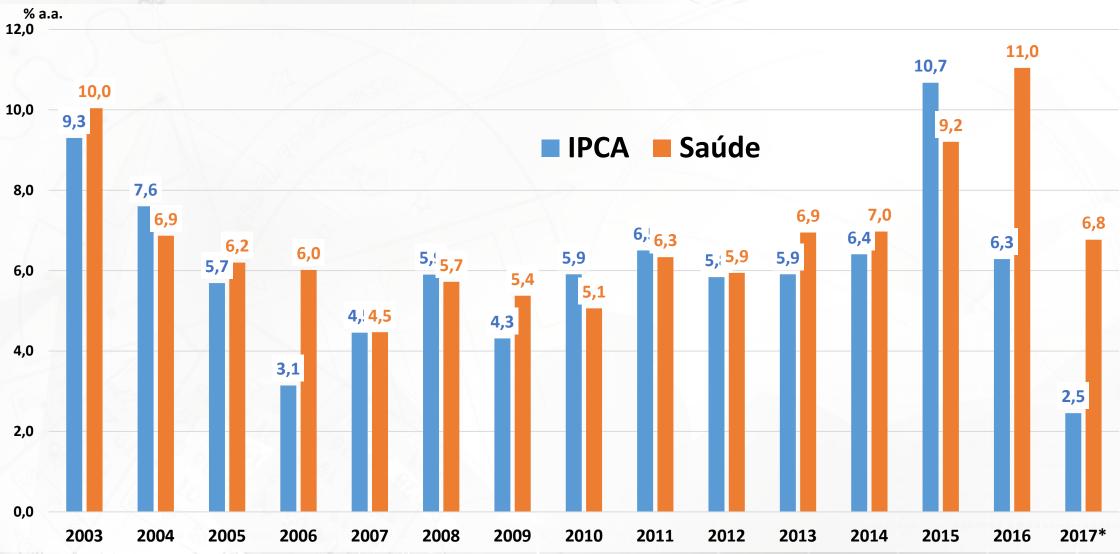


Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2008-2009.



^{*} Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por grupos de idade da pessoa de referência da família, situação do domicílio e tipos de despesa.

A INFLAÇÃO DA SAÚDE REGISTROU, EM MÉDIA, 6.8% AO ANO NOS ÚLTIMOS 15 ANOS



Fonte: IBGE. *Acumulado em 12 meses até agosto/2017.

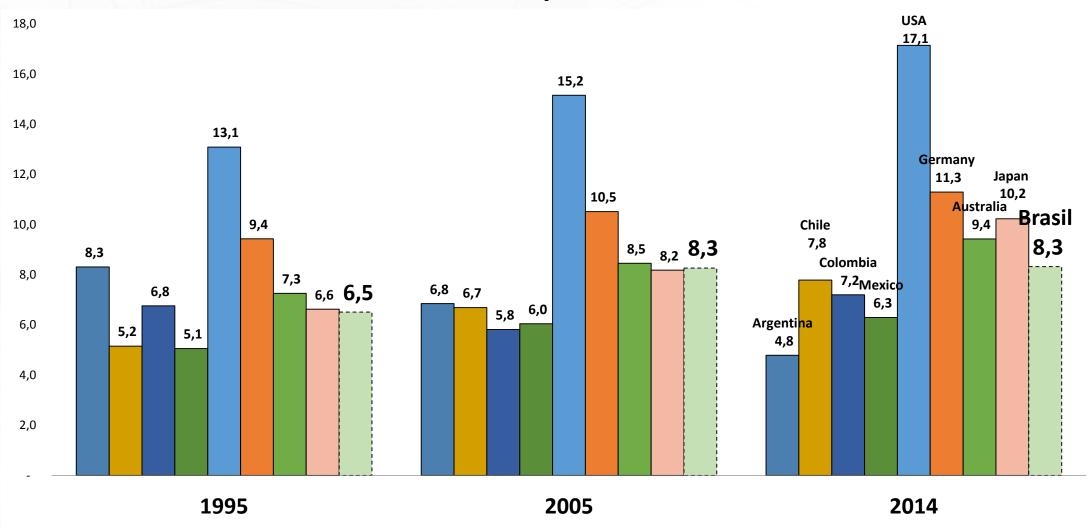
Nota: Inflação da Saúde medida pelo subíndice do IPCA Saúde e Cuidados Pessoais, composto pelos preços dos seguintes itens:

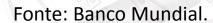
produtos farmacêuticos, produtos óticos, serviços médicos e dentários, serviços laboratoriais e hospitalares, planos de saúde e produtos planejamento de higiene pessoal.



PAÍSES COM ESTRUTURA ETÁRIA MAIS IDOSA GASTAM MAIS EM SAÚDE

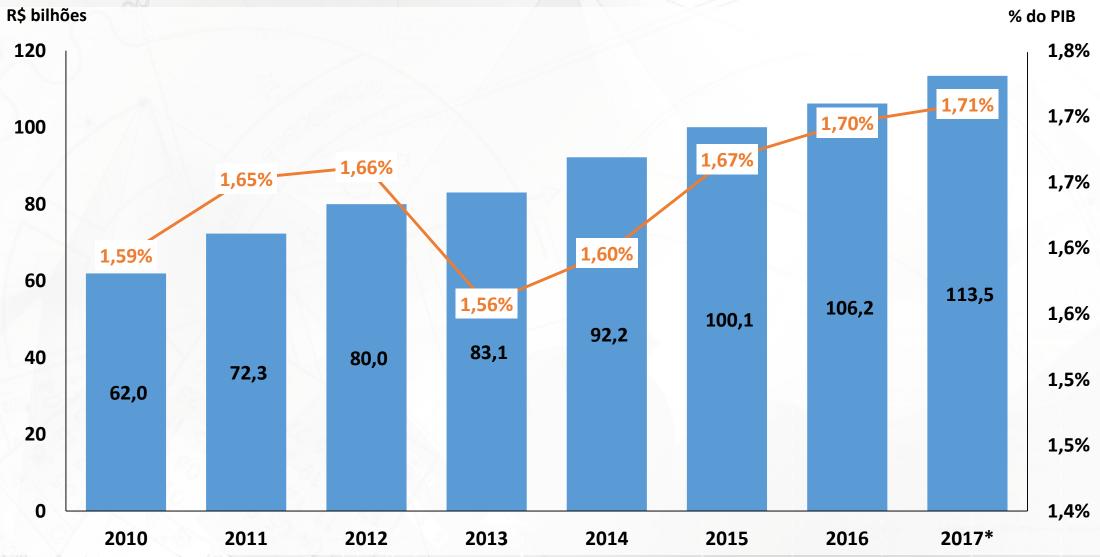
Gasto Total em saúde como percentual do PIB, 1995-2014







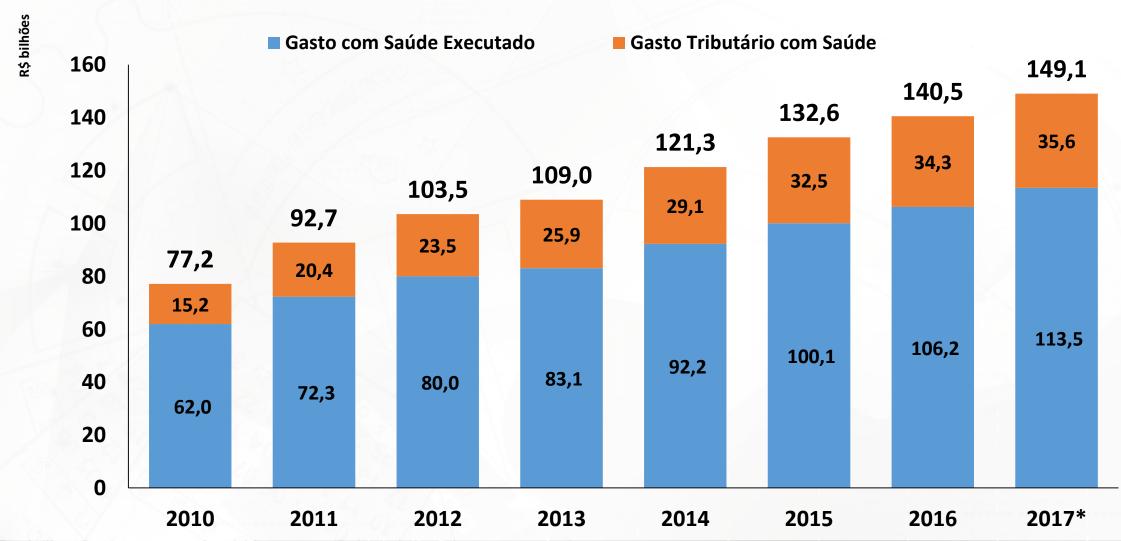
GASTO ORÇAMENTÁRIO FEDERAL COM SAÚDE (ASPS)



Fontes: até 2016, RREOs, STN/MF. Para 2017, Relatório de Avaliação do 4º bimestre de 2017, SOF/MP. Demonstrativo de Gasto Tributário (DGT) - RFB



GASTO ORÇAMENTÁRIO X GASTO TRIBUTÁRIO EM SAÚDE

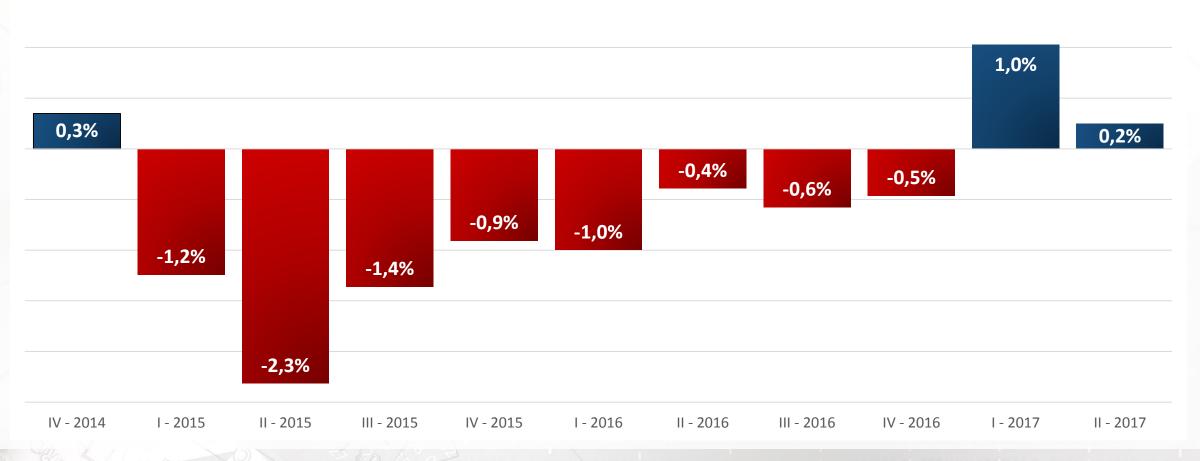


Fontes: até 2016, RREOs, STN/MF. Para 2017, Relatório de Avaliação do 4º bimestre de 2017, SOF/MP. Demonstrativo de Gasto Tributário (DGT) - RFB



A POLÍTICA ECONÔMICA E AS MEDIDAS JÁ ADOTADAS FIZERAM COM QUE O PAÍS SAÍSSE DA RECESSÃO APÓS 8 TRIMESTRES NEGATIVOS





Fonte: IBGE. Elaboração: MPDG.



A ECONOMIA COMO UM TODO REGISTRA BOA RECUPERAÇÃO

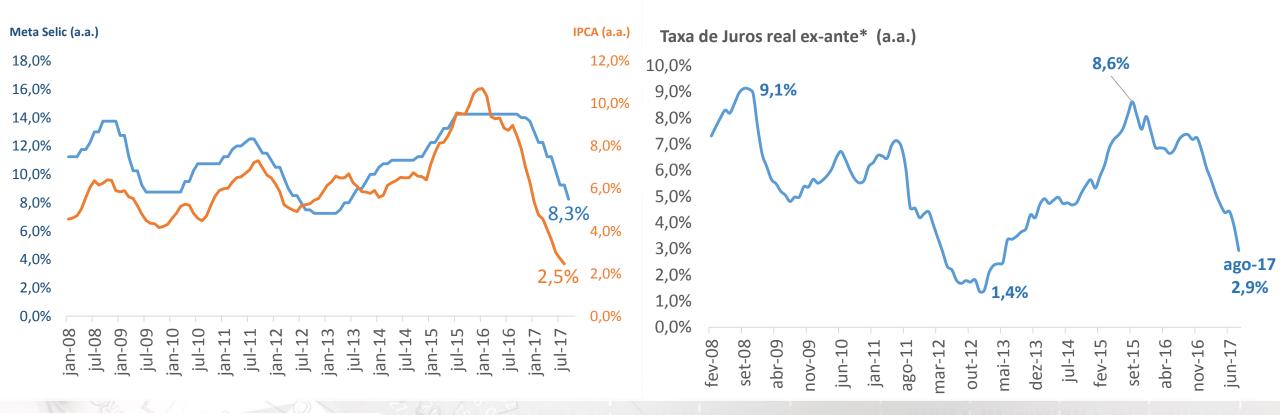
- ✓ O resultado do 2º trimestre do PIB registrou +0,6% para o setor de <u>SERVIÇOS</u>, acelerando dos +0,2% observados no 1º trimestre, e +1,4% para o <u>CONSUMO DAS FAMÍLIAS</u>, após 9 trimestres de queda.
- ✓ A PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM) registra +0,9% no acumulado jan-jul/17 (carry-over de +2,2% no ano).
- **✓** O <u>COMÉRCIO AMPLIADO</u> (PMC) registra +0,3% no acumulado jan-jul/17 (carry-over de +3,7%).
- A <u>SAFRA AGRÍCOLA</u> será recorde este ano com previsão de +30,4% ante 2016.
- ✓ O EMPREGO registra criação líquida de 163,4 mil postos formais de trabalho no acumulado jan-ago/17 (CAGED). A TAXA DE DESEMPREGO reverteu tendência de alta, recuando para 12,6% em ago/17 ante seu pico de 13,7% em mar/17. Desde mar/17, a POPULAÇÃO OCUPADA cresceu 2,1 milhão de pessoas.
- ✓ Com o controle da inflação, o <u>RENDIMENTO MÉDIO REAL</u> cresceu 3,0% em ago/17 ante sua mínima em jun/16. O mesmo ocorreu com a <u>MASSA DE RENDIMENTOS REAL</u>, que cresceu 3,2%.



A QUEDA DA INFLAÇÃO REDUZIU DE FORMA SUSTENTÁVEL OS JUROS

 \checkmark

A <u>INFLAÇÃO</u> recuou 8,2 p.p. entre dez/15 e ago/17, aumentando o <u>PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS</u>, incentivando o <u>CONSUMO</u> e permitindo queda de 5,7 p.p. nos <u>JUROS REAIS FUTUROS</u>, com efeito positivo na redução do <u>CUSTO DO CAPITAL</u> e na retomada do <u>INVESTIMENTO</u>.

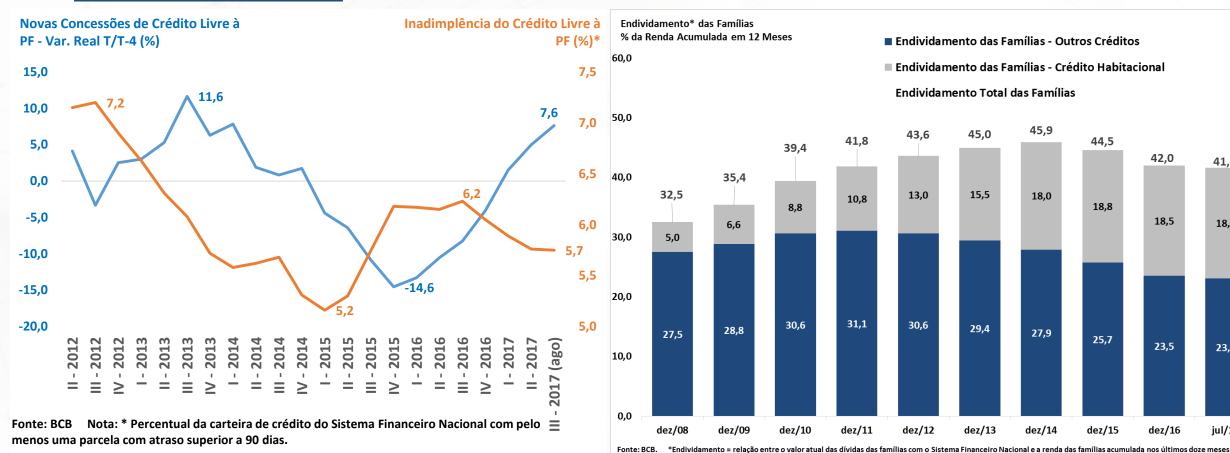


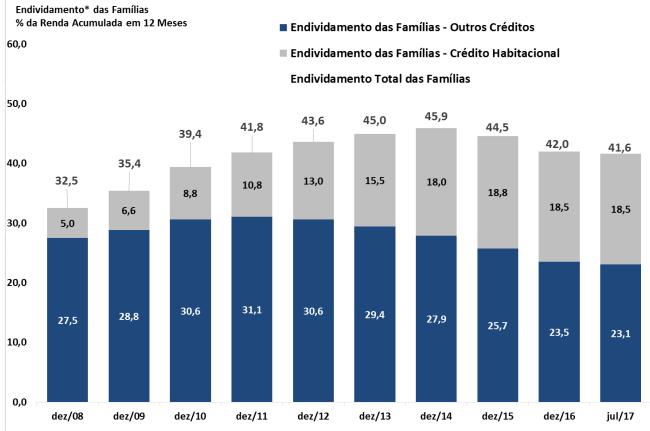
Elaboração: MPDG.



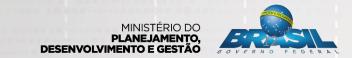
AS CONDIÇÕES DE CRÉDITO ÀS FAMÍLIAS MELHORARAM

A TAXA DE JUROS anual do crédito com recursos livres às famílias recuou 10,2 pp entre ago/16 e ago/17, levando ao aumento das NOVAS CONCESSÕES REAIS e à melhora da INADIMPLÊNCIA e do **ENDIVIDAMENTO TOTAL.**





Elaboração: MPDG.

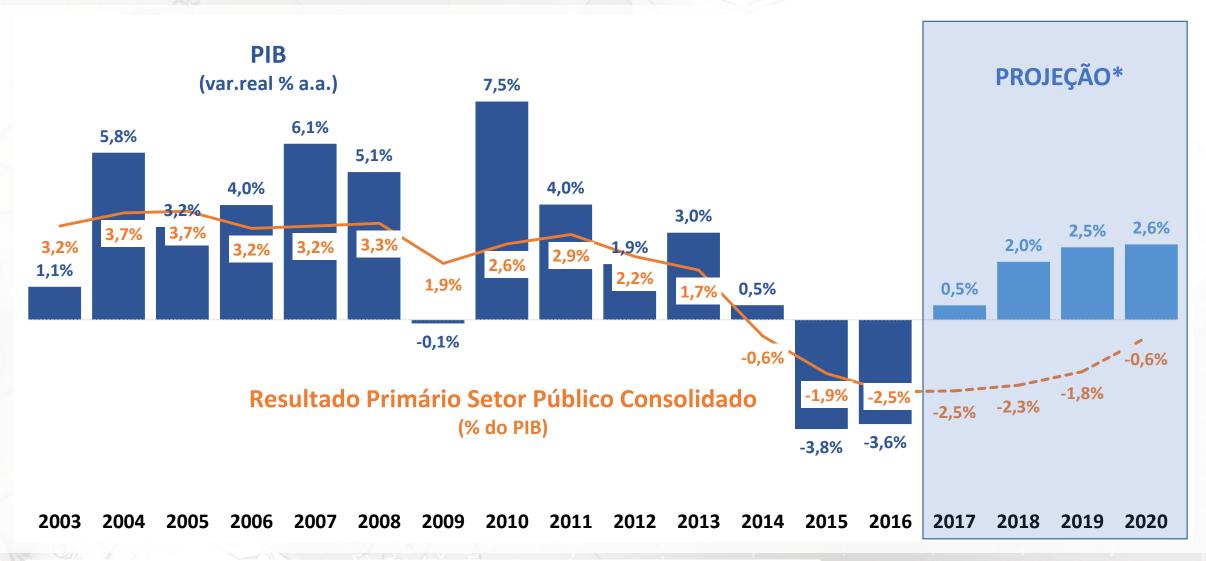


OUTROS INDICADORES APRESENTAM ÓTIMO DESEMPENHO

- ✓ O <u>SETOR EXTERNO</u> registra forte recuperação com <u>SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL</u> alcançando em agosto mais de US\$ 60 bilhões no acumulado em 12 meses, recorde histórico.
- ✓ O <u>DÉFICT EM TRANSAÇÕES CORRENTES</u>, no acumulado em 12 meses, vem recuando desde abr/15, quando registrou 4,4% do PIB, e já alcançou 0,7% do PIB em ago/17.
- ✓ Os fluxos líquidos de <u>INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS</u> vêm crescendo, alcançando US\$ 82,5 bilhões em ago/17 no acumulado em 12 meses, ou 4,2% do PIB, representando alta de 12,1% em relação a ago/16.
- As <u>RESERVAS INTERNACIONAIS</u>, mantêm-se em excelente nível, de US\$ 381,8 bilhões em ago/17, representando 39 meses do valor médio das importações brasileiras de bens (desde 1995) e 121% da dívida externa bruta (o país é credor externo líquido).
- A percepção de <u>RISCO-PAÍS</u> pelo *Credit Default Swap* (CDS) de 5 anos alcançou 178 bp em set/17, menor valor desde dez/14 quando o Brasil ainda contava com o <u>GRAU DE INVESTIMENTO</u> pelo S&P e Fitch.
- O IBOVESPA registrou, em set/17, 76.004,15 pontos, recorde histórico.



APESAR DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA O AJUSTE FISCAL PERMANECE UM GRANDE DESAFIO

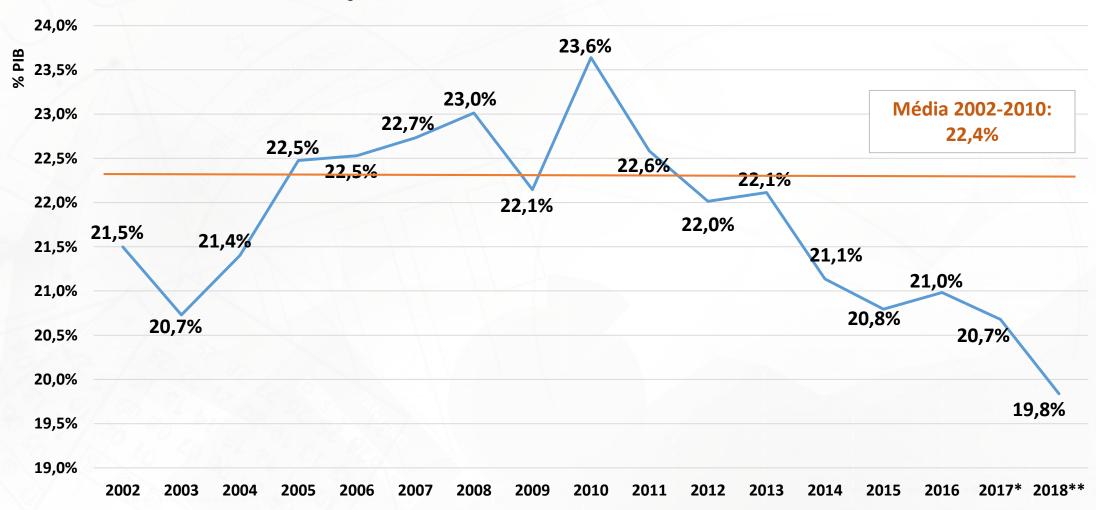


Fonte: IBGE, MF e BCB. Elaboração: MPDG. Nota: *Projeção segundo LDO 2017 e LDO 2018.



A ATUAL CRISE FISCAL É MARCADA PELA EXPRESSIVA QUEDA DA RECEITA PRIMÁRIA

Evolução das Receitas Primárias em % do PIB

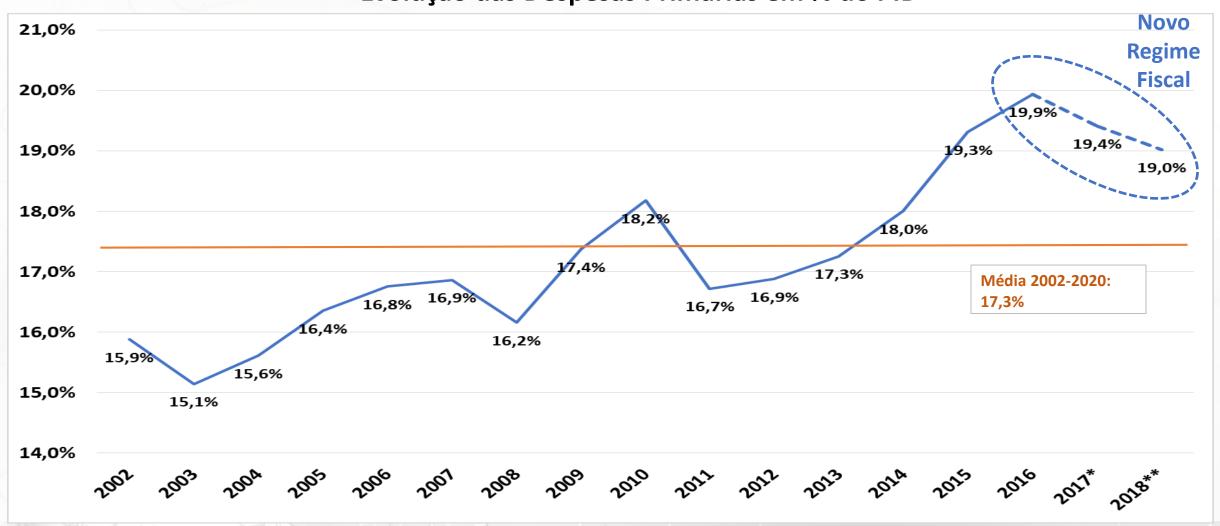


*Relatório de Avaliação do 4º Bimestre. ** PLOA-2018. Fonte: STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.



A CRISE TAMBÉM É MARCADA PELA CONTÍNUA ELEVAÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA

Evolução das Despesas Primárias em % do PIB



*Relatório de Avaliação do 4º Bimestre. ** PLOA-2018. Fonte: STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.



A CRISE FISCAL IMPÕE DESAFIOS, EXIGINDO MEDIDAS ESTRUTURANTES

- Os desafios fiscais envolvem tanto a Despesa quanto a Receita.
- A crise fiscal obriga os órgãos da administração pública a, de forma descentralizada, aumentarem a eficiência de sua despesa.
- Paralelamente, o governo federal implementa uma agenda de Modernização da Gestão Pública e Eficiência do Gasto.
- A melhoria na oferta de serviços públicos passa pela revisão da despesa pública e retomada da arrecadação.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É O PRINCIPAL REQUISITO FISCAL PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO

- A garantia da sustentabilidade da previdência assegura o ajuste fiscal e a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo.
- O equilíbrio fiscal de longo prazo ancora as expectativas de maneira sólida, possibilitando uma redução sustentável das taxas de juros de longo prazo.
- A redução dos juros recupera a capacidade de consumo das famílias e de investimento das empresas no longo prazo.
- A aprovação da reforma da previdência possibilitará geração de emprego e elevação da renda, melhorando as condições socioeconômicas da nossa população.
- Permitirá também ao Brasil retornar aos seus níveis de crescimento potencial.



DESAFIO FISCAL: ENGESSAMENTO DA RECEITA E GASTO PREVIDENCIÁRIO

22 9%

49 7%

96 1%

52 4%

96 5%

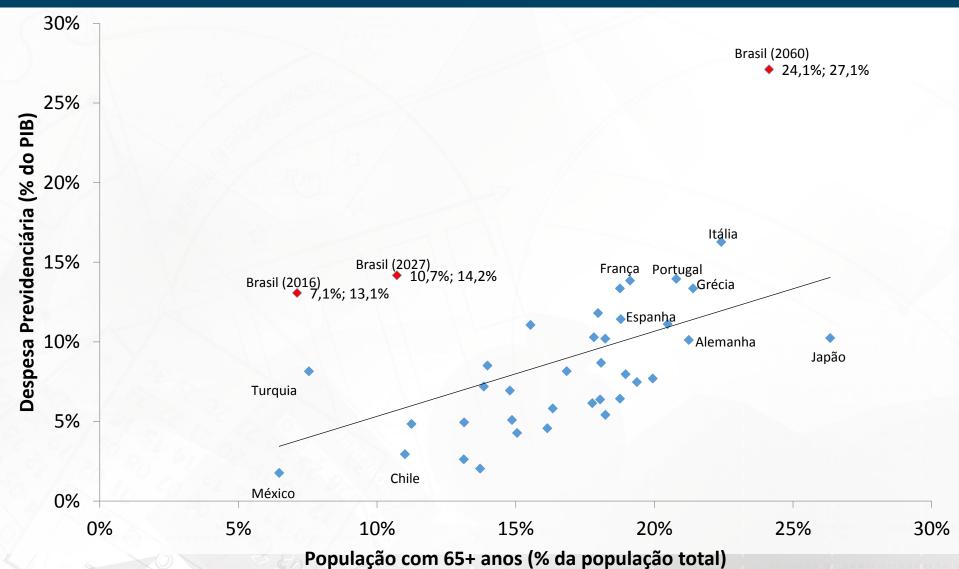
55 1%

	88,9%	49,7%	96,1%	53,4%	96,5%	55,4%
Despesas Primárias	2010		2016		2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Benefícios Previdenciários - Urbano	198.769,5	28,1%	396.561,0	31,7%	424.586,1	32,6%
Benefícios Previdenciários -Rural	56.089,1	7,9%	111.310,3	8,9%	119.337,6	9,2%
Pessoal e Encargos Sociais (Inativos e pensionistas)	74.045,8	10,5%	110.777,5	8,9%	124.180,1	9,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	22.502,5	3,2%	48.990,1	3,9%	53.589,1	4,1%
Pessoal e Encargos Sociais (Ativos)	94.358,9	13,4%	147.094,4	11,8%	160.194,1	12,3%
Gasto da Saúde (exc.pessoal)	51.744,5	7,3%	99.803,7	8,0%	105.761,6	8,1%
Seguro Desemprego	20.779,2	2,9%	37.667,0	3,0%	43.227,2	3,3%
Gasto da Assistência Social (exceto pessoal e BPC) (inclui	16.565,4	2,3%	32.056,2	2,6%	30.938,9	2,4%
Gasto da Educação (exc.pessoal)	18.829,9	2,7%	34.543,2	2,8%	31.341,2	2,4%
PAC	22.082,0	3,1%	42.042,7	3,4%	19.729,2	1,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.742,3	0,7%	23.327,6	1,9%	24.626,5	1,9%
Abono	9.029,5	1,3%	18.346,8	1,5%	16.776,0	1,3%
Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da Uniã	6.664,8	0,9%	13.004,2	1,0%	14.149,1	1,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0%	17.593,3	1,4%	14.456,5	1,1%
FUNDEB (Complem. União)	5.353,3	0,8%	13.674,8	1,1%	13.037,4	1,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	2.094,6	0,3%	10.163,4	0,8%	10.704,6	0,8%
Demais Despesas Obrigatórias	24.194,9	3,4%	43.190,8	3,5%	51.410,6	3,9%
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	78.542,1	11,1%	49.246,2	3,9%	45.571,6	3,5%
Despesa total	706.388,2	100,0%	1.249.393,2	100,0%	1.303.617,4	100,0%

Despesa paga. Para Inativos e pensionistas de 2010 e 2016, despesa empenhada. Fontes: até 2016, Resultado do Tesouro Nacional e Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Para 2017, Relatório de Avaliação do 4º Bimestre. Elaboração: MPDG.



O BRASIL GASTA MUITO COM PREVIDÊNCIA, ATÉ MESMO PARA PADRÕES INTERNACIONAIS: NÃO SOBRAM RECURSOS PARA OUTRAS ÁREAS

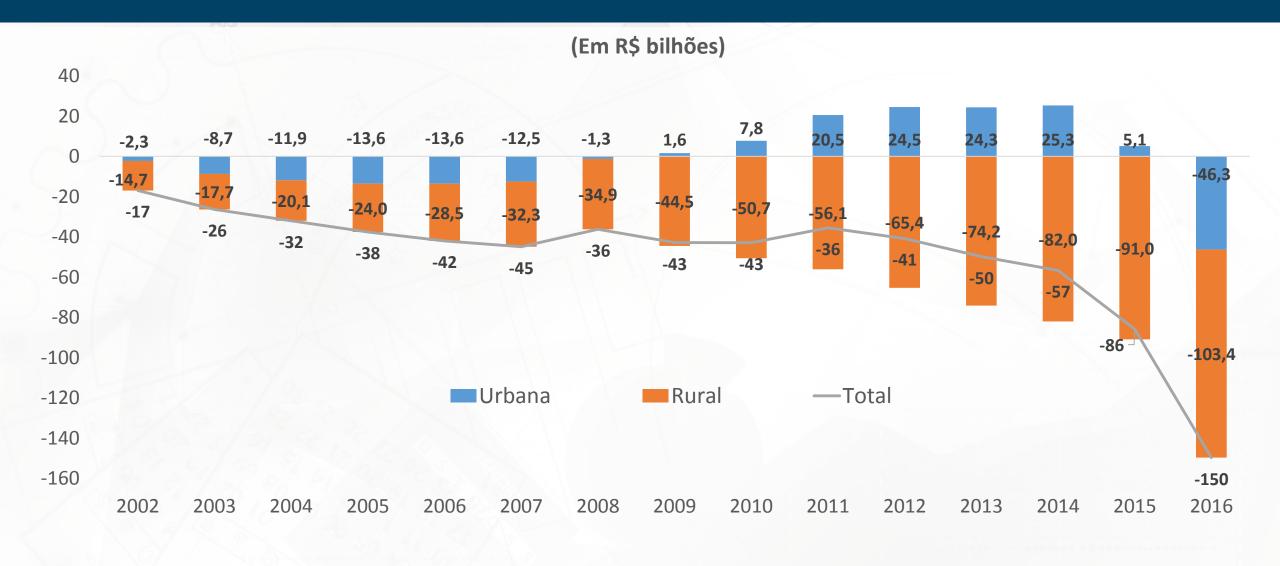


Fonte: OCDE, ONU, RGPS, RPPS, Estados e Municípios.

Elaboração: MPDG



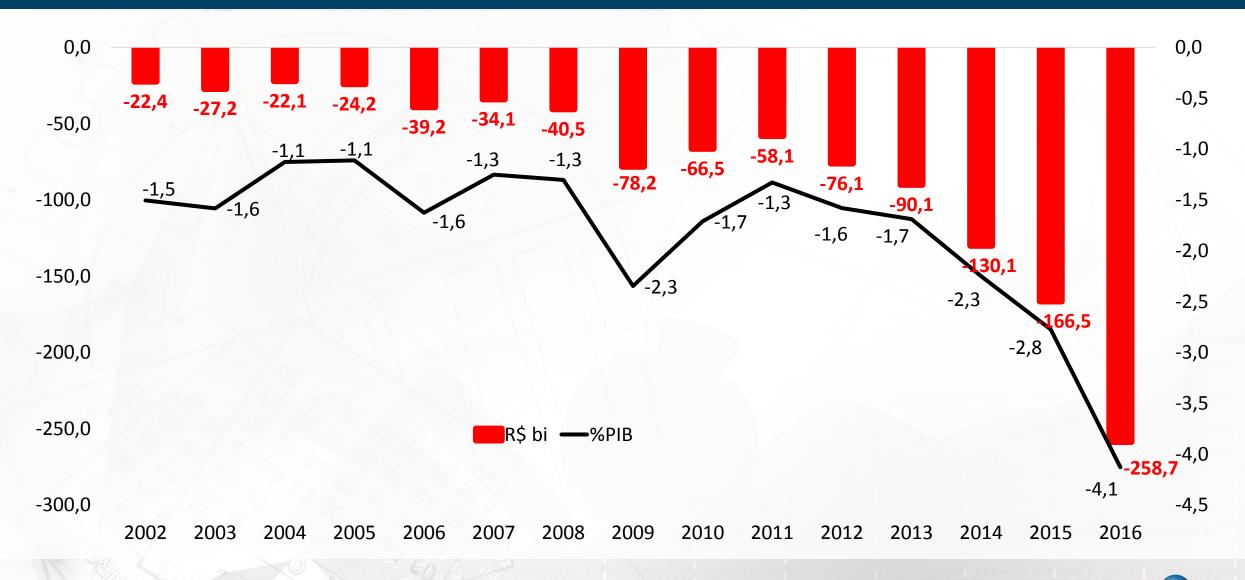
PREVIDÊNCIA É DEFICITÁRIA, INCLUSIVE A URBANA





Fonte: MF. Elaboração: MPDG.

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DA SEGURIDADE SOCIAL

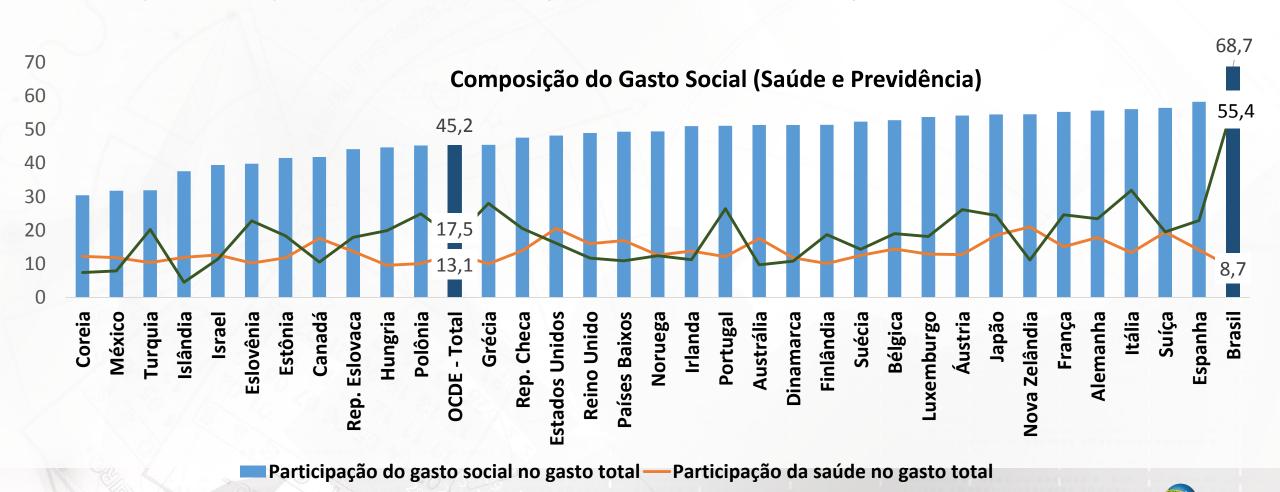


MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Fonte: SOF/MP. Elaboração : MPDG.

PREVIDÊNCIA OCUPA ESPAÇO DAS OUTRAS DESPESAS SOCIAIS, INCLUSIVE DA SAÚDE

Participação das despesas previdenciárias no gasto público total no Brasil é maior que em outros países, o que inviabiliza a alocação de mais recursos orçamentários na saúde.

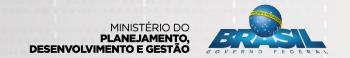


Fonte: OCDE e SOF. *Último dado disponível. Para o Brasil é a previsão para 2017 segundo Relatório de Avaliação do 4º Bimestre.

— Participação da previdência no gasto total

CONCLUSÃO

- □ A população brasileira está envelhecendo devido à redução da taxa de natalidade e ao aumento da expectativa de vida. Com isso:
 - □ As despesas previdenciárias apresentam uma tendência explosiva.
 - □ Uma população mais idosa requer mais gastos com saúde.
- □ O aumento das despesas previdenciárias pressiona fortemente as demais despesas obrigatórias, incluindo a saúde.
- É urgente a aprovação da Reforma da Previdência, que já está com 20 anos de atraso.
- □ Haverá cada vez mais espaço para a Saúde Suplementar.



OBRIGADO!

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão